



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da primeira sessão extraordinária de 2009 da Assembleia Municipal de Aljezur

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 27 de Julho de 2009

INÍCIO: 21:00 horas

ENCERRAMENTO: 23:15 horas

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

Johannes Alexander Schydlo, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, José Carlos Pacheco da Silva, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, Manuel Alberto Santinho Cristo, Francisco António Baptista Ferreira, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos,

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

Fernando Manuel Costa Rosa, Eliezer João Candeias e Emanuel Marreiros Amaro de Jesus

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS:

António Manuel Guerreiro Lopes, Henrique Manuel Ramos Henriques

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 21:00 horas

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE OURO DO MUNICÍPIO

DEALJEZUR: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte de Julho de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos acerca deste assunto, nomeadamente, referindo que, apesar da ANMP já ter tido três presidentes do Conselho Directivo, na prática todos eles são Presidentes de Câmara com as respectivas funções nas suas Autarquias, pelo que a ANMP funciona graças ao trabalho do Senhor Engenheiro Artur Trindade, pois é ele que, nomeadamente, faz as propostas, que analisa os documentos que chegam do Governo. Ou seja, de facto ele é o motor da ANMP desde o início. Disse também que o Senhor Engenheiro Artur Trindade tinha sido condecorado pelo Presidente da República, pelo digno exercício das suas funções.-----

A Senhora Ana Santos perguntou qual foi a relevância do trabalho deste Senhor no Município de Aljezur, especificamente?-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a relevância do trabalho do Senhor Engenheiro Artur Trindade tem a ver com todos os Municípios. Tem a ver com o Poder Local, especificamente e em concreto não é mais para um do que para outro.--

O que o Regulamento prevê é que a Medalha de Ouro é atribuída por força do desempenho de funções, dentro do Município de Aljezur ou fora dele. Referiu ainda que até ao momento, a Câmara só atribuiu uma Medalha de Ouro, que foi ao Senhor José Craveirinha. Também ele não prestou relevantes serviços ao Município de Aljezur, mas sim à cultura portuguesa e à língua portuguesa.-----

O Senhor José Duarte perguntou se esta atribuição de medalha vem na sequência de outros Municípios o terem feito?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse desconhecer se alguma Câmara o fez. Disse igualmente que este é um reconhecimento que o Município de Aljezur lhe deve fazer, pois é deveras merecido.-----

O Senhor Vítor Vicente disse deduzir que, sendo o Senhor Presidente da Câmara a fazer a proposta, naturalmente a fez pela excelente forma como sempre foi recebido, pelas questões colocadas em termos globais a todos os Municípios, mas particularmente naquilo que tinha a ver com o Município de Aljezur.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a ANMP não tem que tratar melhor o Município de Aljezur do que outro qualquer. Aliás, a ANMP deve ser a entidade que mais e-mails envia para a Câmara de Aljezur, assim como para todas as outras, mantendo sempre os Municípios devidamente informados. Referiu ainda que já conhece o Engenheiro Artur Trindade desde que é Presidente de Câmara, e mais proximamente desde que tem participado nas reuniões do Conselho Directivo da

ANMP, sendo que sempre foi uma pessoa reivindicativa, atenta e muito determinada em lutar pelo interesse dos Municípios.-----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que tem verificado que a correspondência vem sempre endereçada à Assembleia Municipal e não para a Câmara, para depois esta dar conhecimento à Assembleia, à semelhança do que fazem muitos organismos públicos. Referiu que enviam sempre a revista mensal da ANMP, mas como são apenas três exemplares não dá para enviar para todos os membros. Esclareceu ainda que, sempre que há assuntos de relevância para discussão, atempadamente dão conhecimento da evolução dos pontos discutidos, para que a Assembleia se mantenha sempre devidamente informada. Exemplo disso, foi o caso da transferência de competências para os Municípios, nomeadamente, na área da Educação.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse querer sublinhar que a proposta para ser aprovada tem que ter a maioria dos membros da Assembleia em efectividade de funções. O que significa que tem que ter no mínimo dez votos.-----

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo sido distribuídos boletins de voto, sendo catorze os votos registados, o que coincide com o número de votantes, obtendo-se a seguinte votação: votos a favor – doze e votos brancos – dois, tendo sido aprovado por maioria a atribuição da Medalha de Ouro do Município de Aljezur, ao Senhor Artur José Pontvianne Homem da Trindade.-----

PONTO NÚMERO DOIS

APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ADESÃO DO MUNICÍPIO À “SOCIEDADE POLIS LITORAL SUDOESTE – SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA, SA” E DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte de Julho de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, que acompanhava a documentação, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por fazer uma cronologia deste processo que teve origem há cerca de um ano, quando o Senhor Ministro do Ambiente foi a Olhão apresentar o Polis da Ria Formosa, disse ter estado presente, não porque lhe importasse aquele plano, mas para questionar o Senhor Ministro como é que era em relação à Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano. Na altura, ele disse-lhe que estavam a preparar uma coisa para o Sudoeste. Só que o tempo foi passando e nunca mais houve notícias, há cerca de dois meses, o Senhor Ministro esteve na Vila do Bispo a fazer umas inaugurações e acabou por anunciar a criação deste programa para o Parque Natural e basicamente para o litoral. Foram feitas outras propostas, mais para o interior, mas ficaram sem efeito.-----

Esclareceu ainda que o formato de execução deste programa, é o mesmo formato do Programa Polis que tem sido executado neste País, inicialmente nas cidades e agora com estes Polis do litoral, dos quais já foram aprovados três e este será o quarto.-----

Referiu que este programa consiste na constituição de uma Sociedade, de capitais cem por cento públicos, dos quais o Estado tem cinquenta e um por cento e os Municípios têm os restantes quarenta e nove por cento. Que é um capital social de

cerca de dezanove milhões e seiscentos mil euros, capital esse que será realizado na totalidade pelo Estado com a constituição da Sociedade. Os Municípios irão realizar o seu capital em prestações semestrais, durante um período de três anos. E será a Sociedade que irá executar o programa e as obras, ou seja, na prática é a Sociedade que vai executar todas as iniciativas previstas no programa que o Governo, em princípio, irá aprovar na próxima quinta-feira, em Conselho de Ministros.-----

OS SENHORES FERNANDO MANUEL COSTA ROSA, ELIEZER JOÃO CANDEIAS E EMANUEL MARREIROS AMARO DE JESUS PASSARARAM A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

Disse que o capital social é dividido por quatro Municípios, não é todo igual, é calculado em função dos investimentos que irão ser feitos em cada um dos Municípios. Esclareceu que o Município que irá ter mais investimento é o de Odemira, depois Aljezur, Vila do Bispo e Sines. Disse haver uma realidade que é necessário distinguir, que é o facto do financiamento destas iniciativas ser comunitário, do Estado e dos Municípios. Só que no caso concreto do Alentejo, este tem mais verbas que o Algarve, daí que até possa haver projectos ligeiramente diferentes no Município de Odemira ou de Sines e, de valores diferentes, exactamente porque os recursos financeiros disponíveis no programa do Alentejo são maiores do que os disponíveis no Algarve.-----

Referiu que, o dinheiro com que o Município de Aljezur vai entrar para fazer face a estes investimentos, é um capital social no montante de cerca de dois milhões de euros, a pagar em três anos, capital este que corresponde à comparticipação do Município nas iniciativas que irão ser realizadas na área do Município de Aljezur.-----

Informou que a Sociedade irá ser constituída por um Conselho de Administração, naturalmente onde o Estado tem a maioria, pois também tem a maioria do capital, mas esse Conselho de Administração não irá ser renumerado. Ou seja, quem participa no Conselho de Administração serão pessoas que irão estar em representação do Município, eventualmente Presidentes, Vereadores ou quem o Município designar. Do outro lado, irá estar quem o Estado designar para o representar, que em princípio serão pessoas ligadas à Sociedade Polis.-----

Disse ainda que esta Sociedade extingue-se com a conclusão dos projectos previstos no respectivo programa.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que foi feito um “trabalho de casa” para os projectos e acções do Polis Litoral Sudoeste. Muito desse trabalho não iria ser contemplado, porque algum dele prendia-se com o eixo que há no programa operacional do Alentejo e que não existe no Algarve, que tem a ver com as requalificações urbanas. Disse que convinha dizer que estes projectos não estão fechados, nem do ponto de vista do plano financeiro nem do ponto de vista das acções, pois eles poderão vir a ser reformulados. Referiu ainda que de forma directa, o investimento total, no caso concreto do Município de Aljezur, é de cerca de onze milhões de euros, que serão investidos em todas as obras. Não sendo fácil ainda chegar a este valor, por algumas destas obras serem transversais, como é o caso das eco-vias, ciclo-vias, etc.-----

De seguida procedeu à apresentação e descrição dos objectivos e dos trabalhos a realizar no Município de Aljezur e os respectivos valores.-----

Terminada a apresentação, o Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que, neste momento e à semelhança da Assembleia Municipal de Aljezur, as Assembleias de Vila do Bispo, Sines e Odemira estarão a pensar que do ponto de vista do programa financeiro, obviamente que este programa poderia ser um pouco mais generoso, no entanto, e tal como já foi dito, mas vale isto do que nada, sendo que neste programa estão contempladas acções muito importantes para o Município de Aljezur e que deverão ser aproveitadas.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que ainda não tinha compreendido a forma como se chega aos seis mais cinco milhões, que pessoalmente considera pouco. Disse que, como eram quarenta e quatro milhões a distribuir pelos quatro Municípios, que como Sines tinha uma área menor e Odemira ficava com a grande fatia, não entendia como é que o Município de Aljezur chegava aos onze milhões de euros.-

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que tinha um apontamento tirado na ultima reunião acerca deste assunto, o qual referia que a contrapartida nacional era de cerca de dois milhões e quatrocentos mil euros, a contrapartida comunitária era de cinco milhões quatrocentos e setenta e cinco mil euros, mais o capital social do Município que andarà da ordem dos dois milhões e quatrocentos mil euros, ou seja, ronda os dez milhões e duzentos e setenta e cinco mil euros.-----

O Senhor Vítor Vicente referiu que, apesar de tudo, não está claro, como é que se faz esta engenharia financeira e, pessoalmente, julga que este número está errado.-----

-----O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que isso é um facto e subtraída a parte com que o Município de Aljezur tem que entrar, pode-se dizer que o valor do investimento total nunca é este.-----

O Senhor Vítor Vicente referiu que infelizmente, se calhar, vamos chegar a esta realidade. Se o Alentejo tem dezanove mais oito, se as comparticipações dos fundos comunitários do Alentejo são quase o dobro do que são no Algarve, é impossível chegarmos a estes valores. Logo há qualquer coisa que não bate certo.

INTERVALO: – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou qual era o enquadramento do Vale da Telha neste programa? Se a sua degradação vai ser resolvida? Se o “monstro” do Vale da Telha vai continuar?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que este programa não vai resolver o problema do Vale da Telha.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que vê isto como algo positivo. Que também vê que é bastante oportuno, em termos eleitorais, lançar algo que aparentemente poderá trazer dinheiro no futuro, apesar de algumas dificuldades do próprio financiamento. Disse ainda ver este projecto com algumas reticências por isto ficar instalado no Parque Natural, onde não estamos habituados a receber mais do que boas ideias e bons discursos. Em termos de planos, disse ver as coisas no ar, apesar de saber que não se está a falar de projectos concretos. Pelo que tem algum receio que, na

concretização, eles não venham a ser tão positivos como os estamos a idealizar. A concretização vai depender de que, quem vai organizar tudo isto, sejam pessoas de bom senso, conhecimento, dedicação à causa, ligação à realidade, que dialoguem com a população e os agentes interessados, enfim que possam criar um clima de boa vontade e de colaboração para fazer algo positivo. Disse ainda que esse é o seu receio, que isso não aconteça. Pelo que recomendou que, quem ficar responsável por controlar o decorrer do processo, controle a situação e desde logo se salvguarde.----

Referiu ainda querer salientar algumas coisas, que pode considerar algo desadequadas, nomeadamente, o facto destas coisas se fazerem e terminarem em dois mil e treze. Quando terminar, esta Sociedade lava as mãos disto e não sabe se ficam recursos, para se fazer a manutenção de algumas das coisas que se preconizam. Deu o exemplo de um painel informativo que foi colocado na Arrifana, junto ao Restaurante Pôr do Sol, que actualmente é uma ruína de mau gosto que ali se encontra, pois está completamente degradado, para não falar dalguns passadiços e paliçadas que foram colocados em todo o litoral e que também se encontram deteriorados.-----

Tem as suas dúvidas em relação a este assunto, perguntou se o Executivo partilha das mesmas? Se também tem essa preocupação? Ou, se, acha que estão salvaguardados estes aspectos?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que nestes projectos há sempre dúvidas que ficam. É um projecto que é proposto e que tem diversas linhas de orientação. Que ainda não define, em concreto, certos tipos de projecto, pois só o fará posteriormente. Que terá uma Sociedade que vai ser gerida basicamente pelo Estado, mas é óbvio que, seguramente, nem no nosso Município nem nos outros, se farão coisas contra a vontade das Câmaras, porque as Câmaras serão parceiros no projecto. Disse ainda que é evidente que existem algumas obras que ficarão sob a responsabilidade dos Municípios. Nomeadamente, aquelas onde só o Município investe na componente nacional. Há outras em que só o Estado investe na componente nacional e, essas, será o Estado a geri-las, assim como, há outras que são no domínio público marítimo, em que deve ser o Estado a geri-las.-----

Referiu que é óbvio que aquilo que ficará sob a gestão das Autarquias não chegará ao Estado, e aquilo que fica sob a gestão do Estado, são os exemplos dados pelo Senhor Amílcar. Disse ainda que só não estão mais painéis assim porque, entretanto, foi pedido para serem colocadas, pelo Concelho, mais placas da Rede Natura dois mil, e chamou-lhes à atenção para o mau estado das outras.-----

No entanto, disse que não há nada que não tenha riscos. Uma das funções das pessoas que estão a gerir os Municípios, é, exactamente, acautelar esses riscos quando chegar a altura oportuna para o fazer.-----

Referiu que as dúvidas que o Executivo tem agora, ainda não são muitas, possivelmente passarão a ser mais quando a Autarquia passar a ser confrontada com as coisas em concreto.-----

Evocou que, tal como já foi dito, o que aqui está presente são linhas de acção, com valores, tipos de projectos, de localizações mais ou menos indicativos e que vão, seguramente, sofrer ajustamentos ao longo de todo o processo. Quanto a isso, disse

não ter a mínima dúvida, no entanto, considera importante aproveitar este projecto e fazer coisas que, possivelmente, o Município gostaria de ter feito há muito tempo e que ainda não estão feitas.-----

Pessoalmente, destaca a importância do projecto do centro de investigação que está previsto para o Vale da Telha, pois ao longo de muito tempo que vem dizendo que, se aqui é tudo muito bom, é tudo muito protegido e tem tudo muita importância, não haverá um sitio que possa ter uma função académica ou científica, para mostrar às pessoas que é importante e virem cá investigadores pesquisar. Disse que esse é um projecto que considera muito importante e que faria todo o sentido, sendo que na sua opinião, não era o Vale da Telha, mas sim noutra local. Contudo, sendo lá, talvez esse projecto possa permitir que se possa melhorar a imagem do Vale da Telha e que do projecto de reconversão, resulte também um bom projecto, e que, o Vale da Telha passe também a ter outro tipo de atractivos que não seja apenas construir uma casa e vir passar férias durante um mês, mas sim ter mais movimento todo o ano.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que tinha sido falado que havia algo no âmbito de uma intervenção no Vale da Telha, por outro lado, o Senhor Presidente referiu agora que a intervenção no Vale da Telha não estava contemplada neste projecto. Assim, relativamente ao Vale da Telha, o que é que ele vai beneficiar com o Polis? -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que, no Polis, a única coisa que se refere ao Vale da Telha, é apenas a construção do centro de investigação científica. Que a reconversão do Vale da Telha é um projecto que vai decorrer e que, vai identificar novos usos, realocações, novas tipologias de construções, etc., mas isso é um processo cujo financiamento está mais ou menos calculado, mas ainda não está definido quem é que o vai fazer, naturalmente que terão que ser privados e o Município de Aljezur. Por exemplo, é lógico que a Autarquia, em si, não tem condições para executar a rede de esgotos, no entanto, poderão haver privados que o façam. É sabido que há interessados nisso, exemplo disso é a Águas do Algarve, ou até outras empresas do género.-----

O Senhor Vítor Vicente, relativamente aos custos da manutenção, depois, de tudo isto, este centro de interpretação vai ter custos de manutenção e de funcionamento. Logo quem vai suportar esses custos?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que isso é para ser gerido pelo ICNB.

Posta à votação, foi a adesão do Município à “Sociedade Polis Litoral Sudoeste – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA” e dos respectivos Estatutos, aprovada por unanimidade.---

O Senhor Amílcar Duarte disse apesar de ter votado a favor, quer manter bem presente a sua preocupação. Que por um lado, vota a favor, por no caso de não haver maioria, não iria negar a possibilidade do Município de Aljezur vir a ter este dinheiro, por causa das suas dúvidas. Disse ainda que isto exige, a quem for eleito no próximo mandato e seguintes, um acompanhamento muito grande, um trabalho de vigilância e de insistência constante. Pois tal como o Senhor Presidente da Câmara disse, embora isto venha ao encontro de algumas coisas que se foram pedindo ao longo do tempo, não vem como resposta a esses pedidos.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE ACORDO RELATIVO À “POLIS SUDOESTE – OPERAÇÃO INTEGRADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA”: –

Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte de Julho de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, que acompanhava a documentação, os quais ficam arquivados em pasta própria.----

O Senhor Amílcar Duarte disse que, além de perguntar se tinha capacidade financeira, perguntou se a Câmara pensou, em termos de contrabalançar o investimento que faz neste Polis e os dividendos que daí advém, comparativamente com candidaturas isoladas, eventualmente, vários programas de financiamento, investindo o mesmo dinheiro e com a mesma comparticipação, se conseguiria fazer mais ou menos as mesmas coisas?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que as possibilidades de candidatura do Município de Aljezur a outros fundos estão mais ou menos definidas e quais são os projectos, dando como exemplo, a estrada de Marmeleite, a ampliação da escola, uma obra na área do ambiente, etc., que orçam mais de dois milhões de euros. -----

Posta à votação, foi o Protocolo de Acordo relativo à “Polis Sudoeste – Operação Integrada de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”, aprovado por unanimidade.-----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, com excepção da que foi tomada por escrutínio secreto, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas vinte três horas e dez minutos do dia vinte e sete de Julho de dois mil e nove, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

A Presidente

A Primeiro-Secretário